

Senhor Presidente, Honoráveis Ministros, Senhoras e Senhores,

Em nome do povo e do governo do Brasil, eu gostaria de expressar nosso mais sincero agradecimento ao povo e governo do Peru por sediar a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2014. É uma grande honra e um privilégio participar de uma COP em um país amazônico.

O fato de estarmos no Peru, um país em desenvolvimento e um país amazônico que compartilha seu bioma, tão rico e variado, tanto em recursos humanos como naturais, reforça a urgência em se chegar a um consenso internacional que dê uma resposta forte e afirmativa à crise global do clima.

Em Varsóvia, as Partes aprovaram um quadro sólido de pagamentos por resultados para atividades de REDD+ e um mecanismo para abordar as perdas causadas por impactos negativos das mudanças do clima. Em Lima, devemos pavimentar o caminho para um acordo vinculante igualitário, ambicioso e efetivo nos termos da Convenção, aplicável a todas as partes, a ser adotado em Paris no ano que vem.

O Brasil continua totalmente comprometido com os esforços globais para combater as mudanças climáticas, elaborando e conduzindo iniciativas ambiciosas para reduzir as emissões dentro de seu próprio território e agindo juntamente com a comunidade global para garantir um resultado bem sucedido das negociações internacionais atualmente em curso.

Nos últimos anos, envidamos esforços para cumprir nossas metas voluntárias de redução de emissões, anunciadas em 2009, em Copenhague. Nove planos nacionais estão sendo implementados em setores-chave de nossa economia, incluindo temas como agricultura de baixo carbono, energia, indústria e saúde pública. Mecanismos de financiamento foram criados para promover inovação, disseminação de conhecimento e novas tecnologias. Na semana passada, foram anunciadas as taxas de desmatamento da Amazônia para o período 2013/2014: houve uma redução de 18% em relação ao último período. Nos últimos quatro anos, esforços permanentes para combater o desmatamento na Amazônia nos permitiram atingir a quarta menor taxa de desmatamento anual em vinte e cinco anos de monitoramento florestal em meu país.

O Brasil está preparado para cumprir suas ações de mitigação adequadas nacionalmente (NAMAs) e reduzir as emissões entre 36,1% a 38,9% em relação às tendências atuais até 2020. Estabelecemos, por força de lei, metas voluntárias ambiciosas de reduzir em até 80% o desmatamento ilegal na Amazônia até 2020, uma meta bem mais alta do que a incluída em recente declaração voluntária sobre florestas. O país também está promovendo a integração entre agricultura, pecuária e florestas, e é responsável pelo maior programa de proteção de áreas de florestas tropicais do mundo, o ARPA. O governo brasileiro está comprometido em atingir 60 milhões de hectares de áreas protegidas na região amazônica até 2020, no contexto da conclusão bem sucedida da terceira fase do ARPA, no começo deste ano. No entanto, esperamos atingir essa meta, que cobre exclusivamente as áreas protegidas naturais, ao final do próximo ano. Ademais, o Brasil possui conhecimento e capacidade de ação de alta qualidade na área de gestão de riscos de mudanças climáticas, incluindo sistemas eficientes de aviso prévio e estratégias setoriais de adaptação.

Meu país considera os desafios associados à mudança do clima como esforços abrangentes que devem envolver todos os setores da sociedade e do governo. De agora em diante, devemos concentrar nossos esforços em implementação.

Senhor Presidente,

Não só nossas taxas de desmatamento caíram de forma significativa em 82% nos últimos 10 anos, mas dados recentes indicam que também temos taxas consideráveis de regeneração. Isso significa que o Brasil parou de emitir 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono anualmente, uma contribuição importante e voluntária à redução global de emissões. Nossos sistemas de monitoramento por satélite indicam que 23% de áreas historicamente desmatadas na região da Amazônia brasileira estão se regenerando. Essas áreas em regeneração representam duas vezes e meia a área total desmatada entre 2008 e 2012.

Nossa ambição e determinação de combater ativamente as mudanças climáticas ultrapassam nossas fronteiras. O Brasil está cooperando com seus vizinhos amazônicos a fim de fortalecer

as capacidades nacionais de monitoramento e combate ao desmatamento e está trabalhando para construir iniciativas de cooperação similares às da cooperação Sul-Sul com países da Bacia do Congo.

Senhor Presidente, Honoráveis Ministros, Senhoras e Senhores,

O novo acordo nos termos da Convenção deve ser universal, ambicioso e vinculante, respeitando os princípios e disposições resguardados pela UNFCCC. Para atingir a meta de 2°C, o acordo deve ser robusto, e abranger mitigação, adaptação, e meios de implementação, ao nível considerado necessário para apoiar os países em desenvolvimento a atingir seu pleno potencial.

A diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é absolutamente essencial para garantir o nível de ambição global necessário para manter o aumento de temperatura abaixo do limiar acordado. O Brasil trouxe a Lima propostas inovadoras, com a intenção de chegar a um consenso. Embora seja esperado um nível grande de ambição de todas as Partes, devemos garantir que os compromissos anteriores estejam protegidos, e que os países desenvolvidos tomem a dianteira nos esforços globais contra a mudança climática, ao mesmo tempo em que permitem aos países em desenvolvimento assumir gradualmente mais obrigações, de acordo com suas circunstâncias de desenvolvimento.

A abordagem de “diferenciação concêntrica” proposta pelo Brasil tem o intuito de garantir participação universal e promover um esforço global contínuo e permanente para aumentar a ambição e manter a temperatura média global 2°C menor, ao mesmo tempo respeitando os princípios, disposições e conquistas da Convenção.

A "autodiferenciação" não é uma opção: não seria justo nem razoável esperar que os países em desenvolvimento assumissem novas obrigações enquanto os países desenvolvidos reduzem o nível de ambição esperado. O Brasil tem feito sua parte e está pronto e disposto a contribuir ainda mais com os esforços globais contra a mudança climática. Conclamamos os países desenvolvidos a assumir suas responsabilidades perante a comunidade internacional e as aspirações legítimas da sociedade civil global.

Finalmente, devemos superar a crença de que prevenir mudanças climáticas teria impactos negativos sobre a economia. Ações para reduzir as emissões e promover adaptação devem ser consideradas uma fonte de riqueza, uma vez que atraem investimentos e permitem novas iniciativas de desenvolvimento sustentável. Como o principal fórum internacional para abordar as mudanças climáticas, a Convenção deve desenvolver maneiras de reconhecer e promover o valor social de ações de mitigação e adaptação. Os esforços de mitigação e adaptação de países em desenvolvimento devem ser especialmente reconhecidos e premiados se quisermos aumentar essas ações no âmbito da Convenção.

O Brasil propõe, de acordo com o fluxo de trabalho 2, o reconhecimento do valor social e econômico intrínseco de atividades de mitigação, a fim de traduzir os resultados de ações prévias e adicionais em unidades de valor financeiro conversível que possam ser usadas para apoiar outros investimentos sustentáveis e assim estabelecer um processo com prognóstico positivo. Esta é outra proposta concreta que esperamos poder contribuir para o estreitamento da brecha de ambição antes de 2020 e apoiar mais iniciativas ambiciosas após esse prazo.

Devemos sempre seguir incentivando o mais alto nível possível de participação e ambição nessas negociações com todas as Partes. É apenas assim que vamos conseguir saudar a nova fase do regime de mudança climática, para efetivamente enfrentar esse desafio global crucial.

Obrigada.